



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2008.
(Das Sras. Jô Moraes e Alice Portugal)

Requer à Comissão de Seguridade Social e Família a realização de Audiência Pública para discutir o direito do cidadão à assistência farmacêutica, o uso racional de medicamentos e os riscos de desabastecimento de medicamentos em função da crise financeira externa.

Senhor Presidente,

O direito à assistência farmacêutica, como parte integrante do direito social à saúde, é instituído no ordenamento jurídico brasileiro como um direito social. De acordo com os artigos 6º e 7º da Lei Orgânica da Saúde, as assistências terapêuticas e farmacêuticas devem ser garantidas integralmente aos cidadãos brasileiros, de acordo com o princípio da integralidade de assistência. Para que o Estado brasileiro possa atender esses preceitos legais, é preciso que sejam implementadas políticas públicas e serviços públicos de saúde e assistência farmacêutica, em escala coletiva.

As campanhas pelo uso racional dos medicamentos são, portando, decorrência das políticas públicas de saúde voltadas para população e uma necessidade diante dos alarmantes registros de intoxicação por medicamentos em nosso país.

O uso racional de medicamentos, que diz respeito à prescrição apropriada, à dispensação em condições adequadas e ao consumo do medicamento nas doses indicadas, não é uma preocupação que se restringe aos países em desenvolvimento. Essa foi uma constatação feita pelo suíço Hans Hogerzeil ao apresentar



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

indicadores da situação mundial de 1988 a 2003, que demonstram um aumento do número de prescrições incorretas e inadequadas também nos países ricos. “A França consome, proporcionalmente, muito mais medicamentos do que a Nova Zelândia, o que não quer dizer que os franceses fiquem mais doentes. Há toda uma questão cultural que valoriza e incentiva este consumo”, afirmou.

O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), da Fundação Oswaldo Cruz, mostra que 32.884 pessoas sofreram intoxicação por medicamentos em 2006 e, destas, 24,1% foram crianças com menos de cinco anos de idade. A estatística referente ao ano de 2006, consolida 107.958 casos de intoxicação humana e 488 óbitos registrados por 30 dos 37 Centros que compunham a Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica neste ano, o que corresponde a uma participação de 81,1%. O SINITOX registra, para o período de 1985 a 2006, 1.248.311 casos e 7.576 óbitos, um número assustador, que exige a adoção de medidas por parte do Ministério da Saúde e da ANVISA e do Poder Legislativo.

Por outro lado, a crise financeira externa e a escalada da moeda norte-americana já provocam a falta de medicamentos nas farmácias brasileiras e mostram a necessidade do poder público se precaver para os possíveis efeitos desta crise para a área de saúde. Nas últimas semanas, diversos itens, de um simples antigripal a remédios de uso contínuo para controle da pressão arterial, simplesmente desapareceram das prateleiras de farmácias em diversas capitais do Brasil. Medicamentos de uso contínuo, como o Neotigason, para tratamento da psoríase, doença crônica da pele, já não são encontrados nas prateleiras das drogarias. Outros medicamentos como Tiorfan (tratamento intestinal), Diovan (hipertensão arterial), Luftal Max e Salompas (ameniza dores musculares) também já estão em falta nas farmácias e drogarias.

Ante o exposto, requeremos, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família destinada discutir o direito do cidadão à assistência farmacêutica, o uso racional de medicamentos e os riscos de desabastecimento de medicamentos em função da crise financeira externa.

Requeremos ainda que sejam convidados para participar



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

desta audiência pública as seguintes autoridades e entidades:

- 1- Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão;
- 2- Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Dr. Dirceu Barbano;
- 3- Presidente da ANVISA, Dr. Dirceu Raposo Tavares;
- 4- Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Dr. Francisco Batista Júnior;
- 5- Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Dra. Célia Machado Gervásio Chaves;
- 6- Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Dr. Jaldo de Souza Santos;

Sala da Comissão, em de de 2008.

Jô Moraes
Deputada Federal

Alice Portugal
Deputada Federal